



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS II  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

**NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI**

**DESAFIOS PRESENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS: UM ESTUDO SOBRE O  
PRONAF AGROECOLOGIA NO ESTADO DA PARAÍBA**

**LAGOA SECA  
2024**

NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

**DESAFIOS PRESENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS: UM ESTUDO SOBRE O  
PRONAF AGROECOLOGIA NO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais do Curso de Agronomia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Agronomia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> M. Sc. Shirleyde Alves dos Santos

**LAGOA SECA  
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C376d Cavalcanti, Natália Thaynã Farias.  
Desafios presentes e perspectivas futuras: um estudo sobre o PRONAF Agroecologia no estado da Paraíba [manuscrito] / Natália Thaynã Farias Cavalcanti. - 2024.  
28 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, 2024.

"Orientação : Prof. Ma. Shirleyde Alves dos Santos, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais".

1. Crédito rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Política Pública.  
4. Desenvolvimento Rural Sustentável. 5. Nordeste. I. Título  
21. ed. CDD 630.7

NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

**Desafios presentes e perspectivas futuras: um estudo sobre o Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais do Curso de Agronomia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Agronomia.


Aprovada em: 19/11/2024.

**BANCA EXAMINADORA**




---

Prof.<sup>a</sup> M. Sc. Shirleyde Alves dos Santos (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Andrade  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Jéssica Karina da Silva Pachú  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Localização do estado da Paraíba, na região Nordeste do Brasil .....	15
<b>Figura 2</b> – Evolução dos recursos contratados pelo Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015 – 2023.....	17
<b>Figura 3</b> – Quantidade de contratos do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015 – 2023 .....	18
<b>Figura 4</b> – Número de municípios com contratações do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015 – 2023* .....	19
<b>Figura 5</b> – Contratos formalizados por setor financiado pelo Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2023 .....	20

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Distribuição percentual dos recursos do Pronaf Agroecologia na região Nordeste, por estado, no período de 2015 – 2023 ..... 16

**Tabela 2**– Quantidade e Valor dos Contratos totais por Gênero do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2024 ..... 19

**Tabela 3** – Média de Valores recebidos em reais (R\$) por contrato do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2024 .....21

**Tabela 4** – Quantidade e Valor dos Contratos por Modalidade do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2024 .....21

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BCB	Banco Central do Brasil
BNB	Banco do Nordeste
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAIs	Complexos Agroindustriais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>11</b>
2.1 O crédito rural do Pronaf: origem, objetivos e principais características.....	11
2.1 Pronaf Agroecologia: Contexto e desafios na agricultura Familiar .....	13
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
3.1 Área de estudo .....	14
3.2 Caracterização do estudo e etapas da pesquisa .....	15
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>16</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>



# DESAFIOS PRESENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS: UM ESTUDO SOBRE O PRONAF AGROECOLOGIA NO ESTADO DA PARAÍBA

## PRESENT CHALLENGES AND FUTURE PROSPECTS: A STUDY OF PRONAF AGROECOLOGY IN THE STATE OF PARAÍBA

Natália Thaynã Farias Cavalcanti\*  
Shirleyde Alves dos Santos\*\*

### RESUMO

Este artigo investiga o desempenho do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Agroecologia na Paraíba, no período de 2015 a 2023. A pesquisa baseou-se na análise de dados secundários obtidos em fontes oficiais do Banco Central do Brasil (BCB) e do Banco do Nordeste (BNB), utilizando estatística descritiva para sua interpretação. Os resultados apontaram que a Paraíba se destacou na alocação de recursos do Pronaf Agroecologia, recebendo 100% das operações em 2015, embora tenha apresentado oscilações significativas até 2023. Durante o período, foram destinados R\$ 8,9 milhões, com 92% destinados à pecuária e apenas 8% à agricultura. As modalidades de contratação estiveram focadas principalmente no melhoramento das explorações pecuárias e na aquisição de animais, limitando a diversidade das contratações do programa. A cobertura estadual do Pronaf Agroecologia foi baixa, alcançando seu pico em 2018 com 15,70% do total de municípios, enquanto em 2021 foi registrada a menor cobertura, com apenas 0,45%, o que representa 1 município do estado. Além disso, o estudo revelou uma significativa desigualdade de gênero, com as mulheres representando apenas 13,9% dos contratos, evidenciando a ineficácia das políticas públicas em garantir equidade no acesso ao crédito rural. Desse modo, conclui-se a necessidade de reavaliação do Pronaf Agroecologia, a fim de incluir uma ênfase maior em práticas agrícolas sustentáveis, equidade de gênero e a superação das limitações atuais, de modo a assegurar que os recursos do programa beneficiem efetivamente a agricultura familiar na Paraíba e fortaleça a agroecologia.

**Palavras-Chave:** Crédito rural; Agricultura Familiar; Política Pública; Desenvolvimento Rural Sustentável; Nordeste.

---

\* Aluna do curso de Bacharelado em Agronomia na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: [natalia.cavalcanti@aluno.uepb.edu.br](mailto:natalia.cavalcanti@aluno.uepb.edu.br)

\*\*Docente na Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais. E-mail: [shirleyde.santos@servidor.uepb.edu.br](mailto:shirleyde.santos@servidor.uepb.edu.br)

## ABSTRACT

This article investigates the credit performance of the National Program to Strengthen Family Farming (PRONAF) Agroecology in Paraíba, from 2015 to 2023. The research was based on the analysis of secondary data obtained from official sources of the Central Bank of Brazil (BCB) and the Bank of the Northeast (BNB), using descriptive statistics for its interpretation. The results showed that Paraíba stood out in the allocation of Pronaf Agroecology resources, receiving 100% of the operations in 2015, although there were significant fluctuations until 2023. During the period, R\$8.9 million were allocated, with 92% going to livestock and only 8% to agriculture. The contracting modalities were mainly focused on improving livestock farms and purchasing animals, limiting the diversity of the program's contracts. State coverage of Pronaf Agroecology was low, peaking in 2018 with 15.70% of all municipalities, while 2021 saw the lowest coverage, with only 0.45%, which represents 1 municipality in the state. In addition, the study revealed significant gender inequality, with women accounting for only 13.9% of contracts, highlighting the ineffectiveness of public policies in ensuring equity in access to rural credit.

**Keywords:** Rural credit; Family Farming; Public Policy; Sustainable Rural Development; Northeast.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil adotaram um enfoque assistencialista, buscando combater a pobreza rural e promover a inclusão social. No entanto, o setor, que em 1996 respondia por cerca de 50% da produção de alimentos e empregava cerca de 80% da força de trabalho agrícola, demandava políticas específicas para impulsionar o desenvolvimento rural e fomentar a geração de empregos e renda (Araújo; Vieira Filho, 2018).

Nos anos seguintes, houve avanços na tentativa de equilibrar assistência social com inclusão produtiva. Durante o governo Lula, a agricultura familiar ganhou maior protagonismo, com políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Garantia Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que reforçaram o papel estratégico da agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2014).

Entre essas iniciativas, o Pronaf se destaca como uma resposta às reivindicações dos movimentos sociais, ao estabelecer políticas que reconhecem os agricultores familiares como uma categoria social específica. Esse programa preenche uma lacuna histórica ao oferecer crédito agrícola e suporte institucional, fundamentais para a inclusão produtiva e a permanência desses agricultores no meio rural (Schneider; Cazella; Mattei, 2020).

O programa surgiu com a intenção de promover o desenvolvimento sustentável, embora não tenha se consolidado como uma ferramenta eficaz para implementar um modelo produtivo ecológico. Apenas com a chegada do governo Lula, foram lançadas linhas específicas como Pronaf Agroecologia, no Plano Safra 2005/2006, com foco no apoio à agroecologia e ao manejo sustentável (Niederle *et al.*, 2019).

Apesar do potencial transformador do Pronaf Agroecologia, o programa enfrenta desafios estruturais significativos, especialmente em relação ao acesso limitado, à desvalorização e à distribuição desigual de seus recursos. Para superar essas fragilidades, é essencial enfrentar barreiras institucionais, financeiras e técnicas que restringem tanto o alcance quanto a eficácia do programa (Rode; Stoffel; Rambo, 2021; Oliveira *et al.*, 2018).

Essa situação é agravada pela perda de espaço da agricultura familiar na agenda pública (2019-2022), em decorrência da influência de interesses da agricultura empresarial, que compromete a vida das famílias que lidam com desafios socioeconômicos. No Brasil, essa realidade é evidenciada pela divisão entre a agricultura familiar, responsável por uma parte significativa da alimentação da população, e a agricultura patronal, que opera sob um modelo convencional e recebe apoio privilegiado do Estado e da mídia (Lopes; Almasy Júnior, 2023).

O Estado possui um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável e na criação de estruturas socioeconômicas mais justas e eficientes. No entanto, as suas capacidades são restritas, o que limita a efetividade das políticas públicas (Benatti; Buainain, 2020). Nesse cenário, a questão norteadora desta pesquisa é: como o Pronaf Agroecologia tem se comportado em termos de acesso e distribuição de recursos no estado da Paraíba? A hipótese levantada sugere que a política de crédito rural no Brasil necessita de ajustes para se alinhar aos princípios do desenvolvimento rural sustentável, promovendo a preservação ambiental.

Desse modo, o objetivo deste artigo é investigar o desempenho do crédito do Pronaf na linha Agroecologia na Paraíba, no período de 2015 a 2023.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O crédito rural do Pronaf: origem, objetivos e principais características

No Brasil, as intervenções estatais para estimular o setor agrícola foram fundamentadas na política de crédito rural, que serviu como um importante instrumento para a concessão de financiamento às atividades agropecuárias (Ramos; Martha Júnior, 2010). Essa estratégia culminou no desenvolvimento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na década de 1960, um marco para o avanço agrícola do país. Antes desse período, havia significativas transferências de renda do setor agrícola para a industrialização, ressaltando a relevância das exportações e da política cambial na economia brasileira (Dornelas, 2020).

A partir desse fato, a política agrícola brasileira passou por três fases, refletindo as mudanças no papel do Estado e nas dinâmicas do setor. Na primeira, de 1964 até o final dos anos 1970, o Estado desempenhou um papel central, com políticas de crédito, preços mínimos e assistência técnica. Nos anos 1980, houve uma redução de subsídios e o fortalecimento da autorregulação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), com menor intervenção estatal. Na década de 1990, a política agrícola brasileira passou por desregulamentação e abertura comercial, com corte de recursos e desmonte de instituições de apoio. Esse cenário impulsionou os CAIs a buscar financiamento privado e enfrentar a concorrência internacional (Belik, 1998).

Até meados da década de 1990, o acesso ao financiamento para pequenos agricultores no Brasil era quase totalmente restrito ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), que possuía um escopo limitado, atendendo apenas os beneficiários do Programa de Reforma Agrária, colocando-os em desvantagem ao competirem por recursos com grandes proprietários, que historicamente eram os principais beneficiários do crédito agrícola (Souza; Caume, 2008).

Esses agricultores ficaram marginalizados, com acesso restrito às políticas de crédito, o que os levou a reivindicar políticas públicas específicas. Nesse contexto, destacaram-se a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Essas organizações ganharam visibilidade política e exigiram a inclusão da agricultura familiar nas políticas públicas. O I Grito da Terra Brasil, em 1994, unificou várias entidades, apesar das divergências internas. Entre 1992 e 1996, a demanda central era por crédito rural diferenciado, considerado essencial para abordar questões como assistência técnica e diversificação da produção (Grisa, 2010).

Paralelo a isso, um outro fato importante foi o reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil pelos estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 1990. O relatório de 1994, com as "Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável", ampliou a visibilidade dos agricultores familiares nas políticas públicas, classificando a agricultura em dois modelos e ressaltando a importância do modelo familiar em contraste com o foco anterior nas políticas patronais (Azevedo; Pessôa, 2011).

Em 1994, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), com uma linha de crédito a juros de 4% ao ano, sem correção monetária. Contudo, a adesão ao programa foi limitada, devido às exigências rigorosas das instituições financeiras, que restringiram o acesso dos pequenos produtores. Apesar

dessas limitações, o Provape abriu caminho para o Pronaf (Brasil, 2024). Para mitigar essas desigualdades e reconhecer a categoria da agricultura familiar<sup>1</sup>, o governo federal criou, por meio do Decreto nº 1.946 de 1996, o Pronaf, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com foco no agricultor familiar como protagonista (Araújo; Vieira Filho, 2018).

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, focando na criação de empregos e no aumento da renda para agricultores familiares. Para alcançar esses objetivos, o programa oferece linhas de crédito que atendem às necessidades específicas desse grupo, tanto para atividades agrícolas quanto não-agrícolas (Brasil, 2024).

O programa tem especificamente como beneficiários os agricultores que comprovam seu enquadramento com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar CAF-Pronaf válidos. São requisitos necessários a exploração de terras em regimes diversos (ex: proprietário, arrendatário) e residência próxima ao estabelecimento. A renda familiar deve ser majoritariamente da atividade agropecuária, com limite de quatro módulos fiscais e rendimento bruto anual de até R\$ 500 mil. Inclui-se pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais, com restrições específicas para cada grupo (BCB, 2024).

Conforme estabelece o Banco Central do Brasil (2024), o Pronaf contempla diversas finalidades de financiamento. A modalidade de custeio visa apoiar despesas operacionais, como insumos e mão de obra. A modalidade investimento voltada para a aquisição de bens duráveis e aprimoramentos na infraestrutura; a categoria de comercialização que disponibiliza recursos para otimizar a venda de produtos agrícolas, enquanto a industrialização financia a conversão de produtos primários em itens processados, agregando valor. Por fim, a integralização de cotas partes facilita a participação dos agricultores em cooperativas, promovendo o fortalecimento do associativismo.

Essa ampla gama de modalidades de financiamento reflete a tentativa do Governo Federal de atender às diversas necessidades dos agricultores familiares. No entanto, a efetividade dessa política é colocada em questão quando se observa a desigualdade na distribuição dos recursos ao longo dos anos, conforme evidenciado por Monteiro et al. (2023), entre 1999 e 2014, o Brasil registrou um crescimento significativo no número de contratos de financiamento para agricultores familiares, passando de 1.395.621 contratos em 1999, com um montante de recursos de aproximadamente 39,2 bilhões de reais (valores corrigidos) para 2.591.651 contratos em 2014, totalizando cerca de 164,6 bilhões de reais (valores corrigidos). No entanto, a desigualdade na distribuição dos recursos é notável, especialmente na região Norte, que recebeu entre 8% e 18% do total destinado ao Sudeste, e de 7% a 14% em relação ao Sul. Essa situação evidencia a necessidade de políticas que promovam uma equidade mais efetiva entre as regiões, uma vez que o Norte sempre recebeu valores inferiores aos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mesmo com o aumento geral dos recursos disponíveis.

Os valores dos contratos no ano de 2014 – no governo de Dilma Rousseff (2012 a 2016), o programa concedeu o recorde de montante desde a sua criação. Não obstante, seu orçamento foi reduzido em montantes significativos nos anos seguintes, em 2015, os beneficiários perderam R\$ 4,5 bilhões (Troian; Machado,

---

<sup>1</sup> Posteriormente, a categoria foi reconhecida institucionalmente com a Lei da Agricultura Familiar, regulamentada em 2006, estabelecendo uma estrutura conceitual que fundamentou as políticas públicas direcionadas a esse grupo (Grisa; Schneider, 2014).

2020). No governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022), o ano de 2019 apresentou um com diminuição de R\$ 2,2 bilhões nos montantes de recurso do Pronaf no Brasil. De acordo com Britto e Rocha (2019), o Pronaf é integralmente financiado com recursos do tesouro nacional e, portanto, susceptível a determinações políticas e reduções orçamentárias.

Aquino e Schneider (2015) afirmam que o Pronaf, ao focar no aumento do número de contratos, limitou seu impacto transformador nas comunidades rurais. Esse modelo produtivista enfrentou dificuldades para gerar mudanças significativas no campo, especialmente pela falta de articulação com políticas como reforma agrária, educação rural e tecnologias sustentáveis.

## 2.1 Pronaf Agroecologia: Contexto e desafios na agricultura Familiar

Nesse contexto de reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar, os movimentos sociais promoveram a agroecologia, dando-lhe um significado político e técnico. A agroecologia, com sua base em modelos de produção ecológica, tornou-se uma alternativa à modernização conservadora inovações pelo Estado desde a década (Niederle *et al.*, 2019).

A partir de 2003, foram criadas novas linhas de crédito, denominadas “Linhas Verdes” como o Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf Eco, com o intuito de diminuir esses gargalos e promover a transição para um modelo agrícola mais sustentável. De acordo com Sambuichi e Oliveira (2011), o Pronaf Agroecologia visa financiar a melhoria e manutenção de sistemas agroecológicos e orgânicos. Já o Pronaf Floresta apoia a criação de sistemas agroflorestais e práticas de manejo sustentáveis, incluindo a recuperação de áreas degradadas. O Pronaf Semiárido é voltado para projetos que promovam a convivência sustentável com o semiárido, priorizando investimentos em infraestrutura hídrica. Por sua vez, o Pronaf Eco financia a adoção de tecnologias para energia renovável e práticas de conservação do solo.

A criação de linhas alternativas no Pronaf visou ampliar o acesso a grupos específicos e incentivar modelos de produção sustentáveis e adaptados aos biomas locais. Essa estratégia expande a estratégia pública beneficiada, mas também promove uma diversificação agrícola mais alinhada a práticas produtivas não convencionais, embora a regulamentação específica para tal diversificação não seja explícita em todas as linhas de crédito (Alves *et al.*, 2022).

Entretanto, a realidade das linhas de financiamento verde, conforme apontam Fossá *et al.* (2023), é marcada por um baixo nível de acesso. O Pronaf Floresta contabilizou 17.284 contratos, representando 51,18% do total. Em comparação, o Pronaf Eco registrou 14.215 contratos (42,09%) e o Pronaf Agroecologia, 2.272 contratos (6,73%). A maior parte das operações do Pronaf Floresta, 80,83%, concentrou-se na região Norte, com o Pará se destacando como o principal estado beneficiado, totalizando 11.586 contratos (67,03%) entre 2015 e 2021.

Especificamente, o Pronaf agroecologia contou com reforço da criação do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), Cardoso *et al.* (2024) aponta que o plano, previsto em 2013, visou fomentar a produção orgânica e agroecológica no Brasil, priorizando agricultores familiares. O PLANAPO buscou promover sistemas produtivos sustentáveis e reduzir a dependência de insumos externos.

Segundo Sambuichi *et al.* (2020), a construção do PLANAPO contou com articulação entre setores governamentais e a sociedade civil. A primeira fase do PLANAP-

PO (2013-2015) foi bem-sucedida por uma segunda (2016-2019), com foco em ampliar o acesso de produtores a financiamentos para produção orgânica e agroecológica. Esse acesso, ainda que inicialmente limitado, cresceu a partir de 2016, resultado das ações do Plano I para facilitar o alcance dos agricultores nas linhas de crédito. Recentemente, o III PLANAPO (2024-2027) foi criado, objetivando por meio de iniciativas do MDA, fortalecer financiamentos para práticas sustentáveis, ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e capacitação em cultivo sustentável. Além disso, o fortalecimento de ações na inclusão de mulheres, jovens, indígenas e comunidades (Brasil, 2024).

A baixa adesão às modalidades não convencionais do Pronaf revela um subaproveitamento de seu potencial diversificado. Conforme Alves *et al.* (2022), essas características estão mais relacionadas às condições de operacionalização do que ao desenho das linhas de crédito. A ênfase das instituições financeiras em culturas consolidadas e clientes com maior capacidade de pagamento tende a fortalecer a especialização e elitização do programa. Além disso, a padronização dos projetos por órgãos de assistência técnica limita a eficácia das linhas com juros diferenciados, tornando-as menos atrativas para os agricultores familiares.

A estrutura de base de crédito no Pronaf, ao buscar atender diferentes grupos e expandir o número de beneficiários, acabou criando categorias com condições muito semelhantes às linhas de crédito já existentes no programa, o que trouxe uma complexidade adicional e comprometeu a esclarecer e a eficácia da política de financiamento rural (Benatti; Buainain, 2020).

O Pronaf destina seus recursos a finalidades específicas, que incluem investimento, custeio, comercialização, industrialização e integralização de cotas-partes, sendo que a modalidade Pronaf Agroecologia é predominantemente voltada para investimentos. No entanto, o subprograma evidencia um baixo crescimento na alocação de recursos, o que dificulta a expansão da cultura orgânica. A falta de financiamento para o custeio é especialmente impactante, pois impede que as famílias produtoras diversifiquem e valorizem seus produtos, limitando o incentivo e, assim, restringindo a capacidade de expansão (Fernandes; Michellon, 2024).

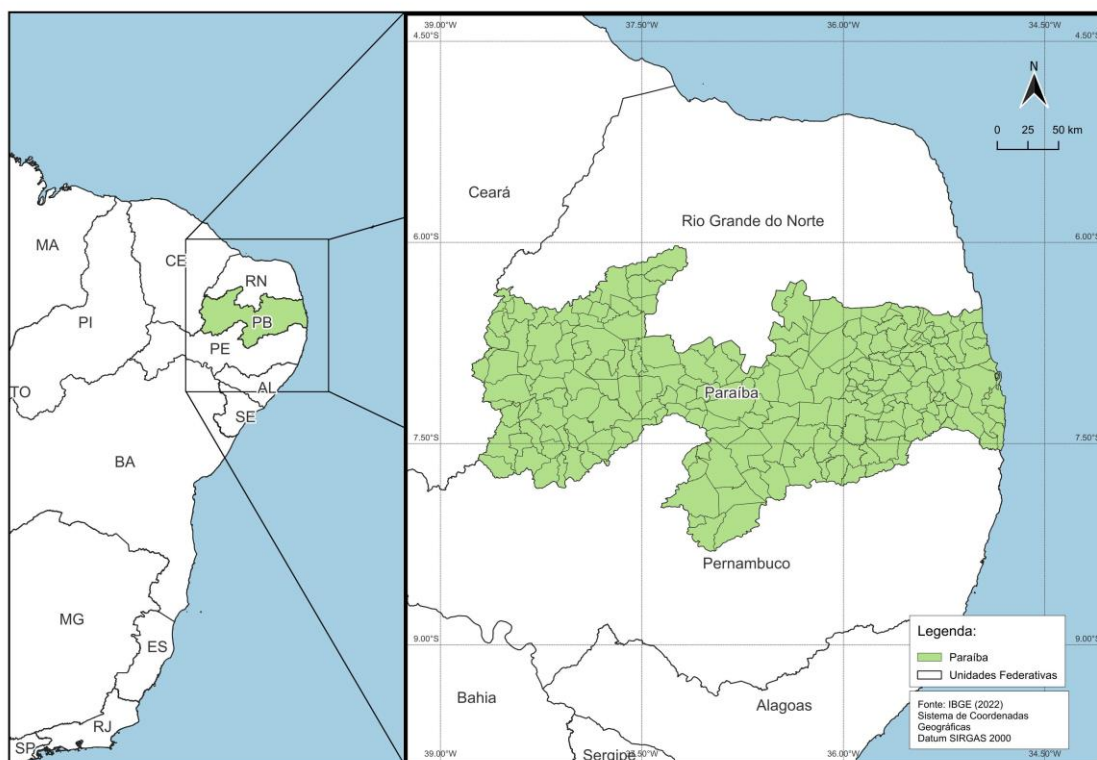
A gestão de Luiz Inácio Lula da Silva visa reverter as tendências anteriores, possibilitando uma reorientação do Pronaf Agroecologia, o que pode impactar sua operacionalização e a alocação de recursos. A implementação de novas diretrizes poderá alterar o foco e a destinação dos investimentos, ampliando a acessibilidade para os agricultores familiares. Essa transformação é crucial para que o programa efetivamente promova a sustentabilidade e atenda às demandas do setor. Superar as barreiras existentes é fundamental para otimizar os benefícios do Pronaf Agroecologia, evidenciados pelo aumento de 18% nas operações do Plano Safra da Agricultura Familiar e de 12% no volume contratado (CONAB, 2024).

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Área de estudo**

O estado da Paraíba abrange uma área territorial de 56.467,24 km<sup>2</sup> e possui uma população de 3.974.687. A densidade demográfica é de 70,39 habitantes por km<sup>2</sup>, ocupando a 9ª posição no ranking de estados mais populosos do Brasil. O estado tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,698 e se apresenta com 223 municípios, conforme ilustrado na Figura 1 (IBGE, 2022).

**Figura 1** – Localização do estado da Paraíba, na região Nordeste do Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras, (2024).

No que se refere a área rural, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, existiam 163.218 estabelecimentos agropecuários no estado. Destes, 125.489 (76,9%) eram da agricultura familiar, enquanto 37.729 (23,1%) eram não familiares ou patronais. A agricultura familiar ocupa 42% da área agropecuária do estado e é responsável por 47,8% do valor total da produção agropecuária, proporção que é a segunda maior do Nordeste e a sexta maior a nível nacional (IBGE, 2017).

### 3.2 Caracterização do estudo e etapas da pesquisa

A pesquisa desenvolveu uma abordagem quali-quantitativa, visando fornecer uma análise abrangente e integrada do objeto de estudo. Os dois tipos de dados produzidos com as duas naturezas oferecem uma oposição complementar que, quando trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e mais fidedignidade interpretativa (MINAYO, 2007, p. 22).

O tipo de pesquisa adotado foi a descritiva, com procedimento técnico baseado em revisão bibliográfica de artigos científicos, utilizando bases de dados como Science Direct, SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. As palavras-chave selecionadas para a pesquisa foram: “Crédito rural”, “Pronaf”, “Agroecologia”, “Pronaf Agroecologia”, “Políticas públicas” e “Agricultura familiar

Adicionalmente, a pesquisa baseou-se na coleta de dados secundários relacionados ao Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba. As informações foram extraídas de fontes oficiais, como o BCB e o BNB. As variáveis analisadas incluíram o volume de recursos investidos, o número de contratos firmados, os setores financiados (pecuário e agrícola), a média dos valores contratados, as modalidades de contratação, o número de municípios atendidos e o gênero dos agricultores que realizaram



contratação. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, com os resultados apresentados em tabelas e gráficos gerados no software Excel®.

O recorte temporal selecionado para o estudo abrange o período de 2015 a 2023, permitindo uma análise aprofundada das políticas e ações vinculadas ao Pronaf Agroecologia na Paraíba ao longo de quase uma década. Esse período foi escolhido com o objetivo de verificar possíveis mudanças nas políticas públicas e variações econômicas.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise da distribuição de recursos do Pronaf Agroecologia na região Nordeste, no período de 2015 a 2023, os dados revelam variações significativas entre os estados (Tabela 1). O estado da Paraíba destacou-se como um dos principais beneficiários, recebendo de forma contínua uma porcentagem expressiva dos recursos, com 100% das operações em 2015, mantendo uma participação relevante até 2023, apesar das oscilações ao longo do período. Em contraste, estados como Sergipe e Piauí apresentaram valores baixos ou nulos durante a maior parte dos anos.

Os anos de 2019 e 2020 foram caracterizados por uma retração acentuada na alocação de contratos. A recuperação observada em 2021 e 2022 foi parcial, com o volume de contratos permanecendo abaixo dos níveis anteriores. O ano de 2023, por sua vez, apresentou uma distribuição mais equilibrada entre os estados, sinalizando maior inclusão de unidades federativas historicamente menos atendidas.

Estudos como os de Sambuichi e Oliveira (2011) demonstram que linhas como Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta e Pronaf Semiárido receberam apenas 1,6% dos créditos de investimento entre 2004 e 2010. Os autores reforçam que o baixo desempenho do Pronaf Agroecologia reflete a inadequação das regulamentações, a falta de capacitação bancária e a resistência das instituições financeiras em financiar pequenos projetos.

**Tabela 1** – Distribuição percentual dos recursos do Pronaf Agroecologia na região Nordeste, por estado, no período de 2015 – 2023

<b>Estados</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>Alagoas</b>	0,00	1,94	25,38	23,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bahia</b>	0,00	0,00	6,71	0,00	1,20	0,00	27,33	29,67	9,47
<b>Ceará</b>	0,00	18,72	0,00	0,42	0,69	0,00	17,51	0,00	14,21
<b>Maranhão</b>	0,00	0,00	4,31	0,01	0,00	0,00	0,00	15,21	20,62
<b>Paraíba</b>	100	73,90	46,44	54,26	98,11	100	32,32	55,11	26,59
<b>Pernambuco</b>	0,00	0,00	15,05	21,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2,45
<b>Piauí</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,55
<b>Rio G. do Norte</b>	0,00	5,45	2,11	0,40	0,00	0,00	22,84	0,00	15,72
<b>Sergipe</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,39
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: BCB, sistematizado pelas autoras, 2024.

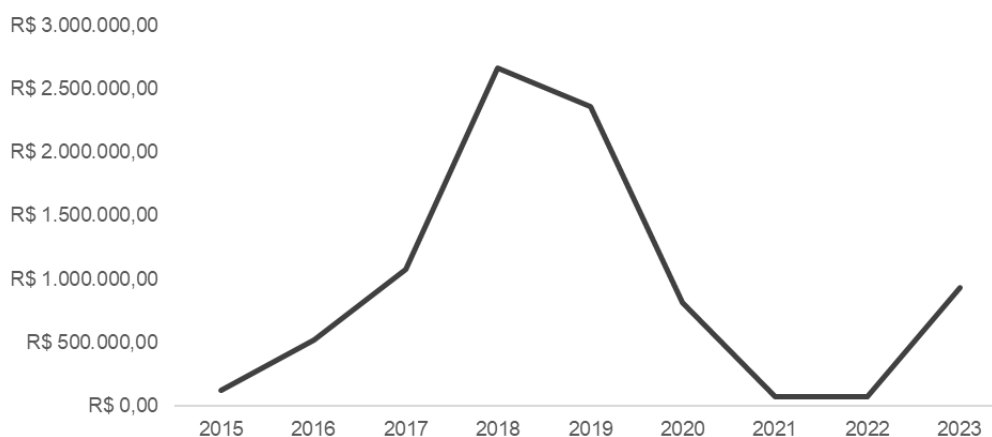
O montante de recursos do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015 a 2023, totalizou R\$ 8,9 milhões. Desse total, a atividade pecuária recebeu R\$ 8,2 milhões, o que corresponde a aproximadamente 92%, enquanto a atividade agrícola foi contemplada com R\$ 717 mil, representando cerca de 8%.

Na Figura 2 abaixo, nota-se que o volume de recursos foi marcado por oscilações significativas. A trajetória aponta um crescimento inicial entre 2015 a 2019, com um pico de mais de R\$ 2,6 milhões em 2018. No entanto, a partir de 2020, verifica-se uma queda acentuada, com uma retração expressiva dos recursos contratados para apenas R\$ 66 mil em 2021, refletindo uma diminuição drástica no volume de investimentos voltados para a agroecologia.

No ano de 2023, ocorreu um aumento de R\$ 936 mil, reflexo de uma atenção maior ao crédito rural, feito pelo MDA com uma redução da taxa de juros para 4% ao ano, 1% a menos, e o aumento no limite de crédito, além do investimento de R\$ 76 bilhões (BRASIL, 2024). Não obstante, embora positivo, ainda não recupera os níveis observados nos anos de maior volume de investimentos, o que sugere a necessidade de uma reorientação estratégica que retome o foco no fortalecimento da agricultura agroecológica.

A projeção para os próximos anos indica a concretização da retomada dos recursos. O III PLANAPO (2024-2027) foi estruturado com o propósito de viabilizar o monitoramento, a avaliação e o controle social das ações previstas. O plano reafirma o compromisso do governo federal com a promoção da agroecologia e a incorporação de suas práticas, incluindo o financiamento sustentável destinado à agricultura familiar (Brasil, 2024).

**Figura 2** – Evolução dos recursos contratados pelo Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015 – 2023

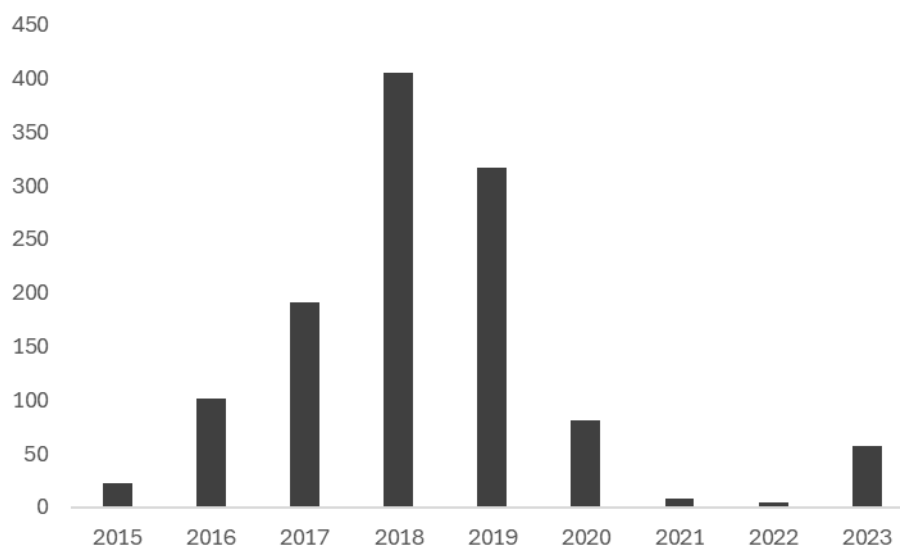


Fonte: BCB, sistematizado pelas autoras, 2024.

Entre 2015 e 2023, a quantidade de contratos do Pronaf Agroecologia na Paraíba totalizou 1.221, com 103 (8,4%) destinados à agricultura e 1.118 (91,5%) à pecuária. A análise anual revela variações, reflexo dos baixos volumes de recursos alocados, como apresentado na Figura 3. Em 2015, foram firmados 22 contratos, aumentando 363,6% para 102 em 2016, e atingindo o maior número de contratos em 2018, totalizando 406, o que representa um incremento de 298,0% em relação ao ano anterior. Contudo, essa ascensão foi temporária, resultando em quedas

acentuada: redução de 87,8% para 317 contratos em 2019, 74,6% para 81 em 2020, 90,1% para 8 em 2021 e 50% para 4 em 2022.

**Figura 3** – Quantidade de contratos do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015 – 2023



Fonte: BCB, sistematizado pelas autoras, 2024.

Foi identificado que o Banco do Nordeste do Brasil S.A. se destacou como a instituição financeira responsável pela alocação desses recursos, refletindo sua importância na implementação desse subprograma no estado. Desse modo, a baixa adesão ao Pronaf Agroecologia pode estar associada à insuficiente divulgação do programa por parte das instituições financeiras, especialmente dos Agentes de Crédito do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), responsáveis pela execução do Pronaf B na região Nordeste. Além disso, questões relacionadas à documentação exigida ou à falta de informação também contribuem para essa limitação.

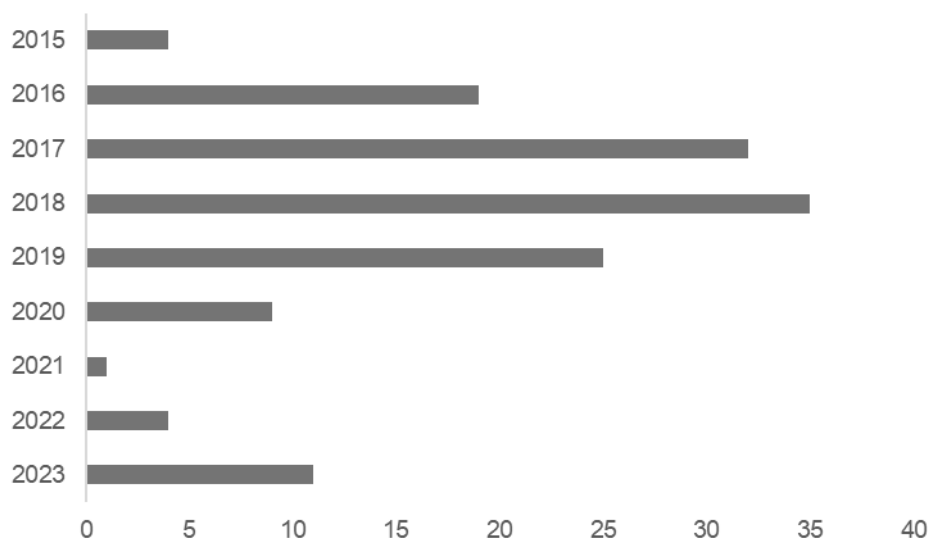
Um estudo conduzido por Rode, Stoffel e Rambo (2021) no estado do Paraná identificou que os agricultores demonstram pouco conhecimento sobre o Pronaf Agroecologia, o que justifica a baixa demanda pelo programa. Os autores ressaltam que muitos produtores não percebem vantagens significativas em comparação com as linhas tradicionais de crédito, pois, apesar de o Pronaf Agroecologia impor exigências mais rigorosas, oferece benefícios semelhantes aos do crédito comum.

Embora a Paraíba tenha mantido uma participação contínua no Pronaf Agroecologia em comparação com outros estados da região Nordeste, o alcance do programa no estado não foi expressivo. Em 2015, apenas quatro municípios estavam envolvidos no programa, o que correspondia a 1,79% do total de municípios do estado. Esse número aumentou para 35 municípios em 2018, representando o maior alcance do programa, com 15,70% de cobertura. No entanto, a partir de 2019, observou-se uma tendência de queda na adesão, culminando em 2021, quando o alcance foi de apenas 0,45%, refletindo a participação de apenas um município. Em 2023, a adesão chegou aquém dos níveis anteriores, com a inclusão de apenas 11 municípios, conforme apresentado na Figura 4.

Além disso, identificou-se que os municípios com contratações do crédito do Pronaf Agroecologia estão concentrados na mesorregião do sertão paraibano, isso

pode estar relacionado pela maior porcentagem de estabelecimentos da agricultura familiar (50,75%) (IBGE, 2017). Essa concentração ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os fatores que influenciam a adesão ao programa nessa região, bem como a importância de estratégias específicas para fortalecer a participação dos municípios e fomentar práticas agroecológicas sustentáveis.

**Figura 4** – Número de municípios com contratações do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015 – 2023\*



**Fonte:** BNB, sistematizado pelas autoras, 2024.

\*2015 a 2019 - dados referentes a dezembro; 2020 - dados trimestrais.

Quanto ao público que realizou as contratações, os dados revelam uma discrepância nas questões de gênero da política pública do Pronaf Agroecologia, apresentado na Tabela 2. Com um total de 1.072 contratos, as mulheres representaram apenas 13,9% do total. Em termos financeiros, enquanto o gênero masculino recebeu altos montantes, as mulheres foram contempladas com apenas 12,8% do total contratado. Esses valores indicam a ineficácia das políticas públicas em assegurar que as mulheres atinjam a cota mínima estipulada de 30% das contratações, mas também a persistência de barreiras como o preconceito de gênero, a desigualdade no acesso à terra, a sobrecarga com atividades domésticas e familiares, a falta de capacitação técnica direcionada e a limitada representatividade feminina nas organizações rurais, que restringem o acesso ao crédito e a participação plena das mulheres nas atividades agrícolas.

A análise de Silva *et al.* (2016) evidencia a baixa participação feminina nas linhas de crédito no Brasil, com apenas 11,6% dos contratos e 11,2% dos recursos de custeio destinados a mulheres. No Nordeste, todos os contratos foram alocados a homens, enquanto no Sul e no Sudeste, as mulheres obtiveram acesso a 11% e 14% dos contratos, respectivamente.

**Tabela 2**– Quantidade e Valor dos Contratos totais por Gênero do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2024

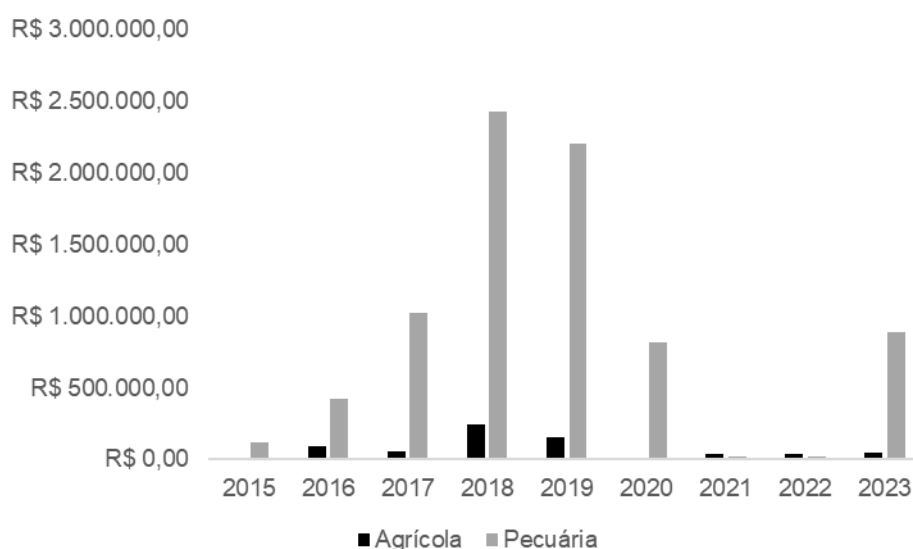
Atividade	Masculino	Feminino
-----------	-----------	----------

	Contratos	Valores (R\$)	Contratos	Valores (R\$)
<b>Agrícola</b>	80	600.944,03	23	116.749,32
<b>Pecuária</b>	992	7.313.444,83	126	893.777,24
<b>Total</b>	<b>1.072</b>	<b>7.914.388,86</b>	<b>149</b>	<b>1.010.526,56</b>

Fonte: BCB, sistematizado pelas autoras, 2024.

Outro aspecto preocupante em relação ao programa diz respeito ao setor financiado, como evidenciado na Figura 5. A análise demonstra uma clara preferência pela pecuária. Em 2017, a pecuária recebeu 94,8% dos recursos enquanto a agricultura obteve apenas 5,2%. Em 2020, o financiamento a atividade agrícola foi a zero, enquanto a pecuária recebeu mais de R\$ 800 mil. De 2021 a 2023, ambas as atividades apresentaram quedas nas alocações, mas em 2023 a pecuária continuou predominante, recebendo 94,5%, em contraste com apenas 5,5% para a atividade agrícola. Enquanto, no Sul do país, o Pronaf Agroecologia foca em contratos de investimento agrícola, especialmente em culturas frutíferas como banana, morango, amora e uva (Fossá; Badalotti; Tonezer, 2018).

**Figura 5** – Contratos formalizados por setor financiado pelo Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2023



Fonte: BCB, sistematizado pelas autoras, 2024.

Embora o financiamento voltado para a pecuária permita que os agricultores adquiram animais, que podem melhorar a qualidade genética do rebanho, a realidade mostra que o subprograma tem se limitado a reproduzir o que já é financiado em outras linhas de crédito. Esse foco na pecuária contraria o objetivo central do Pronaf Agroecologia de incentivar práticas agrícolas sustentáveis e diversificadas. Como também, sugere uma falta de inovação e transformação nas estratégias de apoio ao desenvolvimento rural, comprometendo a efetividade das mudanças propostas pelo subprograma.

Schneider *et al.* (2020) reforçam essa perspectiva ao argumentarem que o número reduzido de contratos via Pronaf Agroecologia está associado à semelhança com outras modalidades do Pronaf e à insuficiente divulgação por parte das instituições financeiras. No caso específico analisado no Rio Grande do Sul, verifica-se que

o programa também não atinge plenamente seus objetivos, perpetuando práticas produtivistas e carecendo de uma abordagem mais sustentável.

Ao longo dos anos, os valores médios dos contratos apresentaram comportamentos distintos conforme o setor financiado. No setor agrícola, os valores médios recebidos por contrato mostraram uma certa volatilidade, com um aumento significativo em 2022, contrastando com quedas acentuadas em 2015 e 2020, anos em que não houve alocação de recursos para essa atividade. Em contrapartida, os valores médios da pecuária demonstraram um crescimento consistente ao longo do período, especialmente em 2023, quando atingiram um valor médio de R\$ 17.391,05. Este valor representa um aumento de aproximadamente 221% em relação ao valor médio de 2015, conforme apresentado na Tabela 3.

**Tabela 3** – Média de Valores recebidos em reais (R\$) por contrato do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2024

Ano	Agrícola	Pecuária
2015	0,00	5.412,76
2016	10.136,33	4.595,24
2017	4.995,74	5.676,52
2018	7.097,82	6.519,33
2019	5.913,67	7.610,81
2020	0,00	10.071,47
2021	7.362,94	10.197,45
2022	14.547,75	10.197,45
2023	7.884,87	17.391,05

Fonte: BCB, sistematizado pelas autoras, 2024.

Foi identificado que as modalidades de contratação no Pronaf Agroecologia evidenciam ainda mais a inquietação quanto aos financiamentos do subprograma. Conforme observado na Tabela 4, a modalidade de Melhoramento das Explorações destaca-se na pecuária, com 93,1% dos recursos alocados. O número de contratos voltados para a Aquisição de Animais reforça essa tendência, uma vez que a Paraíba se apresenta como o único estado da região Nordeste a concentrar um foco significativo e um montante maior nessa modalidade. Enquanto outros estados experimentaram uma distribuição mais equilibrada entre as diferentes modalidades, a Paraíba prioriza essas duas modalidades.

Essa concentração de recursos na aquisição de animais pode ser interpretada como uma prioridade estratégica para o desenvolvimento econômico da Paraíba. Meneses (2015) retrata que Programa de Aquisição de Alimentos Leite tem o protagonismo nesse processo de alta adesão a atividade pecuária, especificamente da caprinocultura no Cariri paraibano, e pelo aumento dos rebanhos registrados na Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

**Tabela 4** – Quantidade e Valor dos Contratos por Modalidade do Pronaf Agroecologia no estado da Paraíba, no período de 2015-2024

Modalidade de Contratação	Atividade	Quantidade	Valores (R\$)
Máquinas, Equipamentos, Materiais e Utensílios	Agrícola	5	30.076,40
	Pecuária	36	108.683,31

Melhoramento das Explorações	Agrícola	38	273.361,99
	Pecuária	553	3.973.055,90
Formação de Culturas Perenes	Agrícola	32	233.941,71
	Pecuária	0	0
Aquisição de Animais	Agrícola	0	0
	Pecuária	263	3.040.160,50
Aquisição de Veículos	Agrícola	2	77.396,40
	Pecuária	0	0
Aquisição de Ativos Operacionais	Agrícola	0	0
	Pecuária	1	12.846,00
Pastagem	Agrícola	1	4.525,00
	Pecuária	9	84.765,20

Fonte: BCB, sistematizado pelas autoras, 2024.

As modalidades de contratação são bastante limitadas, restringindo as oportunidades de apoio dentro do subprograma de crédito de investimento a agroecologia. A expansão das modalidades de financiamento no Pronaf Agroecologia é essencial para promover um desenvolvimento rural sustentável, com a criação de linhas de crédito específicas para práticas agroecológicas, priorizando assistência técnica, cultivo de variedades nativas e sistemas agroflorestais, além da diversificação de culturas e o apoio à irrigação sustentável.

A concentração de investimentos na pecuária em detrimento da agricultura, aliada à limitação das modalidades de financiamento, compromete a capacidade do programa de promover uma abordagem verdadeiramente integrada e sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronaf Agroecologia emerge como uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. No estado da Paraíba o subprograma apresenta um panorama complexo no período de 2015 a 2023. Apesar de ser um dos principais beneficiários do programa na região Nordeste, a análise dos dados revela profundas desigualdades na alocação de recursos e uma predominância preocupante da pecuária em detrimento da agricultura.

A variação na distribuição de recursos ao longo dos anos e a oscilação nas quantidades de contratos firmados evidenciam os desafios nas políticas públicas de crédito rural do Pronaf Agroecologia. Os dados demonstram um aumento inicial dos investimentos até 2019, seguido por uma queda acentuada nos anos subsequentes, especialmente em 2021, quando a alocação caiu drasticamente. Essa retração pode ser atribuída a crises socioeconômicas e a políticas governamentais que não priorizaram a expansão do programa, refletindo um descompasso entre as necessidades do setor agrícola e a atuação estatal.

Além disso, a baixa participação das mulheres nas contratações do Pronaf Agroecologia, ressalta a persistência de barreiras que limitam o acesso das mulheres ao crédito e à inclusão nas práticas agroecológicas. Essa disparidade de gênero deve ser abordada urgentemente, a fim de garantir uma participação equitativa nas políticas de desenvolvimento rural, conforme os princípios de justiça social e igualdade de oportunidades.

Com a recente mudança no cenário político e o retorno de um governo que promete revitalizar as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e agroecologia, é crucial que haja uma reorientação estratégica que promova a diversificação das atividades financiadas pelo Pronaf. Essa reavaliação deve incluir uma ênfase maior em práticas agrícolas sustentáveis, equidade de gênero e a superação das limitações atuais, de modo a assegurar que os recursos do programa beneficiem efetivamente a agricultura familiar na Paraíba.

Desse modo, os ajustes no Pronaf Agroecologia são necessários para construir um sistema mais inclusivo e sustentável, que considere as especificidades da agricultura familiar e as demandas locais. A implementação de estratégias que promovam a distribuição equitativa de recursos, aliadas a ações voltadas para o fortalecimento da agricultura agroecológica, será fundamental para garantir a eficácia do Pronaf Agroecologia e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável na Paraíba.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F.; VALADARES, A. A.; SILVA, S. P.; BASTIAN, L. **Análise das linhas alternativas de investimento do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: lógica operacional e assimetrias regionais**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, 73, 141-155, 2022.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, p. 53-81, 2015.

ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2018.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S.. **O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos**. Sociedade & Natureza, v. 23, n. 3, p. 483–496, set. 2011.

BCB. **Quantidade e Valor dos Contratos por Região e Brasil**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiao.rdl> . Acesso em: 15 set. 2024.

BCB. **Manual de Crédito Rural**. Banco Central do Brasil, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 28 out. 2024.

BNB. **Contratações FNE**. Bando do Nordeste, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/aceso-a-informacao/dados-de-contratacoes/contratacoes-fne>. Acesso em: 20 set. 2024.

BELIK, W. **Mudanças no padrão de intervenção do estado no Complexo Agro-industrial Brasileiro**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, n. 18, p.



9-25, 1998.

BENATTI, G. S. de S.; BUAINAIN, A. M. **Capacidades estatais e políticas públicas**: o papel da capacidade político-relacional no desenvolvimento do Pronaf. *Revista grifos*, v. 30, n. 51, p. 68-88, 2021.

BRASIL. **MDA: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é lançado no Dia Mundial da Alimentação**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-e-lancado-no-dia-mundial-da-alimentacao>. Acesso em 14 nov. 2024.

BRASIL. **MDA: Conheça as políticas e programas do MDA**. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda#:~:text=Retomado%20pelo%20Governo%20Federal%20em,do%20microcr%C3%A9dito%20produtivo%20para%20agricultores>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, Governo Federal, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRITTO, P. A. P.; ROCHA, C. H. M. **Fundo garantidor para a agricultura familiar**: um mecanismo para a alavancagem de recursos. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 12, n. 1, p. 25-43, 2019.

CONAB. **Governo anuncia Plano Safra da Agricultura Familiar**. Companhia Nacional de Abastecimento, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5602-governo-anuncia-plano-safra-da-agricultura-famili-ar#:~:text=Agora%2C%20com%20o%20volume%20ainda,25%20tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20mais%20agroecol%C3%B3gico>. Acesso em: 18 out. 2024.

DORNELAS, L. N. de D.. **Evolução da política de crédito rural no Brasil: uma análise histórica**. *Extensão Rural*, v. 27, n. 2, p. 25-39, 2020.

FERNANDES, P. G. A.; MICHELLON, E. **Análise comparativa entre o Pronaf e o Pronaf Agroecologia de 2015 a 2021**. *Revista de Política Agrícola*, v. 33, p. e01945, 2024.

FOSSÁ, J. L.; BADALOTTI, R. M.; TONEZER, C. **As linhas alternativas do Pronaf em Santa Catarina**: alcances e limites. *Revista Acta Ambiental Catarinense*, v. 15, n. 1/2, p. 40-56, 2018.

FOSSÁ, J. L. et al. **(A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”**. COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 20, n. 2, abr./jun., p. 189-203, 2023.

GRISA, C. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva**. Desenvolvimento em Debate, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 125–146, 2014.

IBGE. **Censo agropecuário: resultados definitivos**. IBGE, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096> . Acesso em: 15 jun. 2024.

IBGE. **Cidades**. IBGE, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 15 out. 2024.

LOPES, M. R. C. de A.; ALMASSY JUNIOR, A. A. **O financiamento da produção sustentável na agricultura familiar: uma análise do PRONAF no estado da Bahia**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 13, p. 63-84, 2023.

MENESES, V. F. **“Miunça” e caprinocultura: entrelaçamento de lógicas sociais da pecuária caprina e o PAA/Leite no Cariri Paraibano**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 66–82, 2015.

MINAYO, M. C. D. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 9-30.

MONTEIRO, A. P. et al. **Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões e os estados brasileiros**. Revista Caribeña de Las Ciencias Sociales, v.12, n.3, p. 1524-1547. 2023.

NIEDERLE, P. A. et al. **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia**. Redes, v. 24, n. 1, p. 270-291, 3 jan. 2019.

OLIVEIRA, E. et al. **Análise do Pronaf agroecologia numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável**. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

RAMOS, S. Y., MARTHA JÚNIOR, G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010.

RODE, G. de F.; STOFFEL, J.; RAMBO, A. G. **PRONAF Agroecologia: reflexões sobre o (não) acesso ao subprograma no território da cidadania Cantuquiriguaçu/PR**. Informe GEPEC: revista de desenvolvimento regional e agronegócio. Vol. 25, n. 1, p. 10-26., 2021.

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C.. **Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.** Cadernos de Agroecologia. v. 6, n. 2, 2011.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **A contribuição do Planapo para o fortalecimento das linhas verdes do Pronaf.** Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020.

SCHNEIDER, A. L. et al. **Análise da funcionalidade do PRONAF Agroecologia em uma propriedade na região noroeste do Rio Grande do Sul.** Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável, v. 10, n. 1, p. 164-174, 2020.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Revista grifos, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SILVA, A. M. DE. et al. **A participação da mulher no PRONAF: uma visão geral do acesso ao programa no Brasil e regiões.** In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 54., 2016, Maceió/AL. Anais... Maceió/AL: SOBER, 2016. 19p.

SOUZA, C.; CAUME, D. **Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil.** In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Acre. Anais... Rio Branco, jul. 2008.

TROIAN, A; MACHADO, E. T. L. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017.** Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 50, p. 109-128, 2020.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar meu caminho e me conceder sabedoria em cada etapa da minha jornada.

Aos meus pais, Agnelo Cavalcanti e Neuma Farias, por todo o amor, apoio e ensinamentos que sempre me guiaram ao longo da vida. Sou sortuda por ter vocês como pais!

À minha irmã, Rayza Cavalcanti, pela companhia constante, incentivo e por ser minha maior parceira em todos os momentos, sempre pronta para me apoiar nas minhas decisões e por me ajudar!

À Suzy, meu eterno amor, que sempre esteve ao meu lado, a mais leal e minha saudade diária!

Ao meu companheiro de vida, Vitor Andrade, por ser meu porto seguro, por acreditar em mim sempre e por compartilhar cada conquista. Sou imensamente grata por ter você ao meu lado!

Aos meus avós e tias-avós (*in memoriam*), pelo amor e acolhimento incondicional.

Às minhas amigas da UEPB, que iniciaram comigo a jornada do curso de Agroecologia em 2009 e enfrentaram esse novo desafio. E à minha amiga Elizabeth, que o mestrado me proporcionou, pelas trocas e pelas conversas que inspiraram o tema deste TCC.

Ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba – PROCASE, por contribuir para o meu crescimento profissional e pelo seu compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar paraibana. Em especial, agradeço a Nicholas Lucena, Sheila Pessoa, Felipe Leal e Karolayne Dias.

À professora Shirleyde Santos, que, além de ser uma orientadora na vida acadêmica, deixou uma marca em minha trajetória desde 2009 até hoje. Sua influência vai além do Currículo Lattes. Uma mulher que faz ciência e que tanto me inspira. Obrigada por tudo!

Ao Campus II, em Lagoa Seca, e a todos os profissionais e docentes do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais.